



SINDICATO NACIONAL DE FERROVIÁRIOS E AFINS



RELATÓRIO DO SECRETARIADO NACIONAL

Iniciamos o nosso mandato em Janeiro de 2005 com Portugal a braços com problemas económicos que para serem combatidos iriam, mais uma vez, trazer constrangimentos ao desenvolvimento e sobretudo às políticas sociais.

No campo político havia um governo de coligação que procurava a todo o custo flexibilizar o trabalho, a entrada em vigor do Código do Trabalho, deixava que a precariedade aumentasse, que o desemprego crescesse para os jovens que acabam de sair das Universidades.

Apostava-se nos baixos salários, não se desenvolvia a formação profissional, não se valorizava o trabalho.

O trabalho era precário e os trabalhadores para não perderem o emprego estavam sujeitos à prepotência dos Empregadores. Este receio fazia com que aqueles não pudessem reivindicar quaisquer direitos ou ousassem sindicalizar-se.

A desregulamentação visava o enfraquecimento da contratação colectiva e retirar aos Sindicatos poder reivindicativo e económico de forma a desproteger os Trabalhadores.

Nas Empresas Públicas, nomeadamente na REFER, CP, TEX e EMEF, continuava a gestão sem alcance visível a não ser o descalabro das contas e a modernização da linha do Norte.

Para agravar o clima económico e político o chefe do governo resolveu deixar-nos, entregando o poder a outros. Apesar de saber que tudo iria piorar o Presidente da República empossou um novo Governo.

Como era de esperar nada se alterou. Após esta constatação foram marcadas eleições e uma nova esperança nascia.

Esperava-se que o Governo que saísse das eleições mudasse de alguma maneira as coisas menos boas.

Muita coisa de facto mudou, mas infelizmente a precariedade no trabalho manteve-se, a não valorização deste continuou, a disparidade de salários agudizou-se roçando o escândalo, o desemprego aumentou, os benefícios sociais degradaram-se, os direitos foram-se esfumando.

As reformas eram necessárias e foram surgindo, mas em nome delas atacaram-se e amesquinham-se categorias de trabalhadores, não se protegeram outros mais vulneráveis, hostilizaram-se Sindicatos e outras Organizações, aumentaram-se as desigualdades sociais. Nunca se chamou a atenção de Empregadores, Financeiros, Gestores para que também eles procurassem modificar a sua postura.

Surgiu a crise económica e financeira e ela veio mostrar que todas as políticas tinham sido erradas e as pessoas e Instituições que todos os políticos e governos tanto defendiam e elogiavam não passavam de seres que se comportavam e ainda hoje se comportam como autênticos incompetentes.

Uma larga maioria sente na pele a crise, todavia continuam a proteger-se, através dos bens públicos todos os que com as suas «habilidades» deram origem à crise e deixaram na miséria aqueles que neles confiaram.

Reconhecemos que a nível social se tem feito muita coisa para minimizar os efeitos da crise, mas possivelmente e a coberto desta alguns Empregadores menos escrupulosos atiram, sem qualquer remorso, para o desemprego aqueles que tinham o dever de proteger. Com estas práticas aumentam a factura da Segurança Social, mas vivem descansados pois sabem que nunca serão sancionados por isso. Poderão dizer que lhes falta ética, mas isso não é verdade porque esses Empregadores nunca a tiveram.

Como Organização Sindical responsável e sabendo que esta ordem liberal seria incontornável, era necessário uma aposta na salvaguarda do emprego, na defesa

intransigente daquilo que considerávamos não ser possível abdicar, na valorização do trabalho, na formação profissional contínua, na transparência das relações de trabalho, na denúncia da incompetência e de situações menos claras, da ética, da saúde dos trabalhadores e das suas condições de trabalho.

Exigir nas Empresas onde laboramos o rigoroso cumprimento dos AE, da regulamentação de segurança e, sobretudo dos códigos de conduta ali aprovados.

Foi com esta orientação e privilegiando a negociação que demonstramos que os Sindicatos terão sempre um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades, na demonstração inequívoca do imprescindível papel dos trabalhadores e no fortalecimento do regime democrático.

Consolidamos a nossa adaptação e reforçamos a intervenção em todas as Empresas da CP assim como à nova organização da REFER nomeadamente à entrada em funcionamento dos CCO.

No plano interno os Corpos Gerentes reestruturaram o Sindicato adaptando-o às novas formas de comunicação privilegiando o emprego das novas tecnologias tanto no contacto com os Associados como com as Empresas, outros Sindicatos e com os Trabalhadores em geral.

Deste modo aumentaram-se os conteúdos da nossa página na Internet, publicaram-se trabalhos sobre o Emprego, Segurança Social, Reformas, Sindicalismo, Políticas, etc.

Iniciou-se a publicação do Boletim Informativo de periodicidade mensal, onde de forma sucinta, mas directa e objectiva íamos dando a conhecer tudo aquilo que realizávamos em defesa dos Associados.

Foram criados Acordos com as mais variadas Entidades, desde Seguros, comunicações móveis, Internet, especialidades médicas, etc.

Reactivou-se a Delegação Norte tendo esta um papel muito importante na divulgação da acção do Sindicato assim como no apoio aos Associados naquela Região e não só.

Deste modo é de realçar o trabalho sindical desenvolvido pelos Corpos Gerentes que hoje terminam o seu mandato.

No entanto sabemos que é necessário continuar com o mesmo empenho para encontrar caminhos para melhor defender os Trabalhadores. Alguns de nós irão continuar nessa busca, outros virão com novas ideias, novas formas de olhar o mundo, mas com a certeza de todos juntos abraçarem o projecto do SINFA na defesa intransigente dos seus princípios e elevar a sua intervenção a patamares condizentes com o seu historial.

Lisboa, 25 de Julho de 2009

Vítor Manuel Oliveira Almeida
Secretário - Geral